



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 2000

Presidente Ex.<sup>mo</sup> Sr João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Manuel Alves de Oliveira  
António João Rodeia Machado

### SUMÁRIO

*O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos*

*Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.º 11 e 12/VIII e dos projectos de lei n.º 66 a 71/VIII*

*Procedeu-se à apreciação da proposta de resolução n.º 3/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção do Unidroit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995, tendo intervindo, além do Sr Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (Luís Amado), os Srs Deputados Manuel Ricardo de Almeida (PSD), Luís Fagundes Duarte (PS) e Naraña Coissoro (CDS-PP)*

*Foi também apreciada a proposta de resolução n.º 4/VIII — Aprova, para adesão, o Tratado de Criação e Estatutos do Conselho Ibero-Americano do Desporto, assinado em Montevideo, a 4 de Agosto de 1994. Intervieram, além daquele*

*Sr Secretário de Estado, os Srs Deputados Laurentino Dias (PS) e Sérgio Rui Ceivan (CDS-PP)*

*A proposta de resolução n.º 5/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Paris a 30 de Julho de 1999, foi discutida, tendo feito intervenções, além daquele Sr Secretário de Estado, os Srs Deputados Henrique de Freitas (PSD), Renato Sampaio (PS), João Amaral (PCP) e Naraña Coissoro (CDS-PP)*

*Por último, foi discutida a proposta de resolução n.º 6/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e respectivo Protocolo. Intervieram, além daquele Sr Secretário de Estado, os Srs Deputados Carlos Luís (PS), Manuela Aguiar (PSD) e Rosado Fernandes (CDS-PP)*

*O Sr Presidente encerrou a sessão às 11 horas e 40 minutos*

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 10 horas e 30 minutos*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
Alberto Bernardes Costa  
Alexandre António Alves Chaves  
António Alves Marques Júnior  
António Alves Martinho  
António Bento da Silva Galamba  
António de Almeida Santos  
António Fernandes da Silva Braga  
António Fernando Menezes Rodrigues  
António Jorge Freire de Brito Calvete  
António José Gavino Paixão  
António Manuel Dias Baptista  
António Manuel do Carmo Saleiro  
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
Carlos Alberto  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
Carlos Manuel Luís  
Casimiro Francisco Ramos  
Cláudio Ramos Monteiro  
Dinis Manuel Prata Costa  
Eduarda Maria Castro de Sousa  
Eduardo Ribeiro Pereira  
Fernando Manuel de Jesus  
Fernando Pereira Serrasqueiro  
Filipe Mesquita Vital  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
Helena Maria Mesquita Ribeiro  
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d' Almeida  
Isabel Maria dos Santos Barata  
Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
João Alberto Martins Sobral  
João Cardona Gomes Cravinho  
João Carlos da Costa Ferreira da Silva  
João Francisco Gomes Benavente  
João Macedo Lourenço  
João Pedro da Silva Correia  
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
João Rui Gaspar de Almeida  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
Jorge Lação Costa  
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
José Aurélio da Silva Barros Moura  
José Carlos Correia Mota de Andrade

José Carlos da Cruz Lavrador  
José Carlos das Dores Zorrinho  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
José da Conceição Saraiva  
José de Matos Leitão  
José Eduardo Vera Cruz Jardim  
José Ernesto Figueira dos Reis  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
José Manuel Pires Epifânio  
José Manuel Rosa do Egípto  
José Manuel Santos de Magalhães  
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
José Rodrigues Pereira dos Penedos  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Luís Pedro de Carvalho Martins  
Luísa Pinheiro Portugal  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
Manuel António dos Santos  
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
Maria José Vidal do Rosário Campos  
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
Nelson Madeira Baltazar  
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
Rosalina Maria Barbosa Martins  
Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
Rui Manuel Leal Marqueiro  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Victor Brito de Moura  
Vitor Manuel Alves Peixoto  
Vitor Manuel Caio Roque  
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Smedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
Álvaro dos Santos Amaro  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Ana Maria Martins Narciso

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C. da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa

Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

#### Partido Comunista Português (PCP)

António João Rodeira Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Augusto Meleiro Rodrigues  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr **Presidente** (Mota Amaral) — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

O Sr **Secretário** (Artur Penedos) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n.º 11/VIII — Autoriza o Governo a legislar a realização dos censos 2001 e 12/VIII — Dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, sem prejuízo da fiscalização sucessiva, os contratos de aquisição de projectos relativos às obras que se venham a realizar no âmbito do euro 2004 promovidas pelas autarquias locais envolvidas, que baixou às 4.ª e 6.ª Comissões, projectos de lei n.º 66/VIII — Lei da liberdade religiosa e da laicização do Estado (BE), que baixou à 1.ª Comissão, 67/VIII — Prevê o plano da rede nacional de pistas dedicadas à circulação de velocípedes (Os Verdes), que baixou às 4.ª e 6.ª Comissões,

68/VIII — Lei da criação do município de Fátima (CDS-PP), que baixou à 4.<sup>a</sup> Comissão, 69/VIII — Altera o regime de financiamento dos partidos políticos, coligações e das campanhas eleitorais (CDS-PP), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão, 70/VIII — Criação do concelho de Fátima (PSD), que baixou à 4.<sup>a</sup> Comissão, e 71/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (BE), que baixou à 1.<sup>a</sup> Comissão

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, a ordem de trabalhos de hoje inclui a discussão de diversas propostas de resolução apresentadas pelo Governo concernentes a tratados internacionais

Quanto às propostas de resolução n.º 1/VIII — Aprova, para ratificação, o Código Ibero-Americano de Segurança Social e os seus Protocolos Primeiro e Segundo, assinado em Madrid, a 19 de Setembro de 1995, e 2/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Tunísia para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada em Lisboa, a 24 de Fevereiro de 1999, foi entendido em Conferência de Líderes que, não havendo, provavelmente, matéria de fundo a discutir, não seriam distribuídos tempos para a discussão, pelo que vamos dar início à apreciação da proposta de resolução n.º 3/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção do Unidroit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995

Para apresentar a proposta de resolução, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

O Sr Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (Luís Amado) — Sr Presidente, Srs Deputados Trata-se de uma proposta que não exige, creio, grande discussão por parte da Assembleia e que procura regular matéria que, seguramente, todos os Srs Deputados entenderão pacífica face à necessidade, hoje reconhecida, de consagrar mecanismos de regulação mais importantes para a protecção do património nacional dos respectivos Estados

Esta proposta de resolução procura, sobretudo, regular o comércio internacional de obras de arte, o qual tem sido um dos elementos perturbadores, em muito aspectos, da relação entre Estados mais desenvolvidos e Estados em desenvolvimento, como se tem podido reconhecer, designadamente, no âmbito da negociação da revisão da Convenção de Lomé, em que a formulação de normas que regulem esta matéria tem suscitado bastante controvérsia entre os pontos de vista manifestados pelos Estados europeus, ex-potências colonizadoras, e os Estados de África, Caraíbas e Pacífico, colonizados

Ora, havendo o entendimento de que esta matéria necessita de uma regulação mais adequada por parte do sistema internacional, houve necessidade de rever os termos da Convenção da UNESCO de 1970, já existente, e de propor, em 1995, uma nova Convenção sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, que o Governo, agora, apresenta à Assembleia da República, para ratificação

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Ricardo de Almeida

O Sr Manuel Ricardo de Almeida (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados A Convenção do Unidroit merece por parte do Partido Social Democrata algumas considerações

A Convenção do Unidroit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, tem como antecedente a Convenção da UNESCO, aprovada na Conferência Geral de Paris, em 1970

É de louvar a existência desta Convenção porque ela reflecte a nossa preocupação relativamente ao crescimento da circulação ilícita de bens culturais e à falta de harmonização entre os diversos Estados nesta área

Para o PSD, é fundamental combater a delapidação dos nossos bens culturais, do nosso enorme património, que constitui uma riqueza reconhecida por todos

Estamos perante um instrumento fundamental para uma maior intervenção nas trocas internacionais de bens culturais e de salvaguarda de um dos valores fundamentais de identificação de um povo

Convém, no entanto, referir que teria sido bom que a ratificação por parte da Assembleia tivesse surgido mais cedo e que continua a existir um problema fundamental que a Convenção não resolve Neste contexto, é fundamental salvaguardar o património cultural nacional, apostando, para isso, num esforço acrescido no investimento em investigação e, acima de tudo, aumentar a capacidade de recuperação e restauro de milhares de elementos patrimoniais que hoje andam à disposição do «amigo do alheio» Mesmo que a Convenção em questão não resolva estes problemas, estamos perante um contributo decisivo para a defesa do nosso património cultural para que possa circular livre e licitamente, valorizando assim o património da humanidade

É, no entanto, fundamental aproveitar o momento para reforçar a discussão em torno da revisão da Lei de Bases do Património e aumentar o enquadramento de diversos aspectos aqui referidos

É fundamental promover um entendimento nesta área, tendo em conta que a diversificação da cultura promoverá o bem-estar da humanidade e o progresso da civilização

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luiz Fagundes Duarte

O Sr Luiz Fagundes Duarte (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados Quem visita, hoje, a Acrópole de Atenas é confrontado com desdobráveis e cartazes que reivindicam o regresso, à luz dos dias ensolarados da velha Ática, dos monumentos e esculturas dali retirados por povos invasores e que agora jazem expostos na sombra das salas dos grandes museus do mundo

Isto leva-nos a pensar nos muitos monumentos do Egipto, de Roma, dos Incas ou dos povos africanos, cuidadosamente incorporados em museus e em colecções privadas e leva-nos também a pensar no túmulo de Inês de Castro, em Alcobaça, que ostenta as marcas do saque a que foi sujeito pelos soldados de Napoleão

O Sr João Amaral (PCP) — Bem lembrado!

**O Orador** — Todos nós acharemos, porventura, que os artefactos culturais dos gregos, dos romanos, dos incas, dos povos africanos, se teriam perdido ou degradado se, depois de roubados ou de qualquer outro modo retirados dos seus locais e enquadramentos originais, não tivessem sido incorporados nos grandes museus do mundo onde hoje se encontram. Mas não é menos verdade que, quando os visitamos nos museus, olhamos para eles como para corpos sem alma — ou seja, como para cadáveres expostos — e de certeza que todos nós, portugueses, entendemos a irrecuperável vandalização do túmulo de Inês de Castro como uma agressão à nossa identidade cultural.

No entanto, todas as situações que aqui dou como exemplos não foram situações ilegais. Não o foram, porque à época não existiam as preocupações que hoje, embora tardiamente, se fazem sentir face à necessidade de se preservar o património cultural enquanto fundamento e cimento das identidades nacionais. E, como é óbvio, essas situações não foram ilegais, porquanto não existiam, então, verdadeiras leis sobre a matéria.

Tenho por isso a honra de apresentar a este Plenário a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista acerca da proposta de resolução que o Governo submeteu à Assembleia da República para aprovação e que tem por objecto a ratificação da Convenção do Unidroit, sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995, em sede de uma conferência diplomática que foi, por feliz coincidência, presidida pelo Embaixador de Portugal em Itália.

Conscientes da importância que a defesa e a valorização do património cultural representa no processo de desenvolvimento nacional, os Governos do Partido Socialista têm demonstrado uma evidente preocupação com a definição e a concretização de uma política cultural que promova a inventariação, a recuperação, a protecção e a valorização do património cultural português nas suas vertentes material e imaterial. Por isso, qualquer boa iniciativa legislativa que tenha esta matéria por objecto merecerá a inequívoca aprovação do nosso grupo parlamentar. É o caso da convenção objecto desta proposta de resolução, que, em nosso entender, só peca pela demora que levou para ser negociada e assinada.

Com efeito, já em 14 de Novembro de 1970 fora aprovada, durante a XVI Conferência Geral da UNESCO, uma convenção que, apesar de alguns laivos de matiz colonialista, na medida em que reconhecia aos países detentores de colónias o direito de dispor dos bens e do património cultural dos territórios e povos seus colonizados — razão por que alguns artigos da Convenção foram então contestados por países como Cuba, Hungria e Checoslováquia — tinha por objectivo a adopção de medidas internacionais que proibissem a importação, a exportação e a transferência de propriedade, ilícitas, dos bens culturais dos países signatários, na sequência de uma recomendação anterior, de 1964, que determinava que a protecção do património cultural, para ser eficaz, deveria ser organizada tanto no plano nacional como no plano internacional, exigindo uma estreita colaboração entre os Estados.

Em Portugal — e recorde-se que o nosso país não aderiu à convenção de 1970 —, o principal instrumento legislativo que ainda agora se ocupa da protecção do património cultural português é a Lei n.º 13/85, que, no entanto, é omissa no que respeita às precauções a tomar nos casos de roubo e de exportação ilícita de bens culturais.

Agora, passados mais de 35 anos sobre a primeira convenção da UNESCO, visando a importância do património cultural, passados quase 30 anos sobre a convenção da UNESCO que tomava medidas no sentido de proteger o património cultural dos povos e estabelecia normas e critérios para impedir o tráfico internacional de bens culturais, passados quase 15 anos sobre a publicação da Lei do Património Cultural português.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, o seu tempo esgotou-se, faça favor de concluir.

**O Orador** — Concluo já, Sr Presidente.

e passados quatro anos sobre a presente Convenção do Unidroit, a Assembleia da República tem, finalmente, oportunidade de ratificar um instrumento legislativo que poderá, depois de devidamente adaptado à realidade portuguesa, desempenhar um papel fundamental na preservação do nosso património cultural.

Por isso, é tempo de esta Assembleia não só ratificar a presente Convenção como passar a ocupar-se com mais atenção das matérias relativas à defesa do nosso património cultural, porquanto, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, neste preciso momento, algures no nosso país, alguns dos bens culturais que os nossos antepassados nos legaram poderão estar a ser roubados ou ilicitamente exportados.

Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, é tempo de estas acções deixarem, definitivamente, de ser ilícitas para passarem a ser legais.

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Srs Deputados. Há pouco para dizer sobre a Convenção que protege os bens patrimoniais de alto valor no caso de roubo ou de exportação ilícita. É caso para dizer que «depois da casa roubada, trancas à porta!». Efectivamente, no nosso país, como todos sabem — e para tanto basta ler a comunicação social, basta andar pelos antiquários, pelas feiras e por várias lojas que divulgam os catálogos de peças valiosas sob o nome de antiguidades ou velharias —, verifica-se que a maior parte delas são peças ilicitamente tiradas aos seus verdadeiros proprietários.

Tornou-se já escandaloso o desvio das chamadas «peças de arte sacra». Logo depois da Revolução, houve autênticos saques no Alentejo e noutras zonas do País, em que as igrejas, as capelas, os sacrários, foram «despidos» à vista de todos, muitas vezes com a colaboração dos revolucionários, e todas essas peças, altamente valiosas, dos séculos XII, XIII, XIV, XV e por aí fora foram para o estrangeiro ou encontram-se

nos antiquários e em colecções privadas. O que não consta é que elas estejam em lugar seguro ou sejam do domínio do Estado.

Sucede, igualmente, que, hoje, é quase lícito entrar em qualquer antiquário, ver uma determinada peça — por exemplo, nos catálogos de leilões — e verificar que muitas delas são tiradas das colecções dos seus autênticos proprietários sem qualquer aviso, a esses proprietários, de que estão a ser desmembradas das colecções que venderam, diminuindo assim o seu preço.

Por outro lado, temos o problema das bibliotecas e dos documentos. Não há, em Portugal, qualquer mecanismo para proteger os documentos e os livros que se encontram nos vários arquivos para leitura dos investigadores.

Dou-vos um exemplo: vou muitas vezes ao Arquivo Histórico Ultramarino, o arquivo da ICT — e o mesmo vale para o arquivo das próprias faculdades — e tenho visto que é absolutamente banal a qualquer pessoa entrar nesse Arquivo, solicitar um qualquer documento classificado e esse documento ser-lhe entregue sem qualquer cuidado, podendo essa pessoa, ao fim do dia, ou levar esse documento para casa ou substituí-lo por um documento falso, apócrifo ou, até, pela própria fotocópia do original, que entretanto já levou, para ser, depois, conservada no lugar de onde foi tirado o documento original.

Há casos em que historiadores de renome — e não vou citar nomes porque são pessoas extremamente prestigiadas e seria um escândalo revelar a sua identidade, alguns têm o seu nome ligado às cadeiras do ensino do Português na América e na Inglaterra — foram apanhados pelos directores dos arquivos a roubar documentos.

Um destes «historiadores», que tem hoje o seu nome ligado a uma das cadeiras sobre estudos portugueses — e esta pessoa era portadora de credencial que levava do então Ministério do Ultramar: isto passou-se em Goa —, foi encontrado pelo director de um Arquivo a rasgar as páginas do Livro das Moções, a metê-las na pasta e, depois, a substituí-las por outros documentos que levava consigo para fazer volume.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Sr. Deputado o seu tempo esgotou-se. Peço que conclua a sua intervenção.

**O Orador.** — Posteriormente, estes documentos, há poucos anos, foram vendidos a preço de ouro, por milhões de dólares, a uma universidade americana como sendo a colecção privada deste historiador que ainda é vivo e que é consultado pelo nosso Governo.

Por isso, é preciso, antes de assinar esta Convenção, que o nosso património esteja catalogado, bem guardado, é preciso que tenha condições para não ser roubado. Não vale a pena assinarmos todas estas convenções, que, naturalmente, são necessárias, quando todo o trabalho de guardar com amor e com segurança o verdadeiro património artístico literário português ainda está por fazer. Não basta fazer decretos ou grandes parangonas sobre leis do património quando este está na rua!

*Aplausos do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Srs. Deputados, uma vez que não há mais oradores inscritos, declaro encerrado o debate da proposta de resolução n.º 3/VIII.

Vamos passar à apreciação da proposta de resolução n.º 4/VIII — Aprova, para adesão, o Tratado de Criação e Estatutos do Conselho Ibero-Americano do Desporto, assinado em Montevideu, a 4 de Agosto de 1994.

Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação para introduzir o debate.

**O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta proposta de resolução, estamos perante a criação de uma nova organização de carácter intergovernamental que procura, no fundo, desenvolver mecanismos de cooperação numa área de crescente importância na relação entre os povos e que corresponde também a um vector estratégico assumido pelo Governo português nos últimos anos, no sentido de implementar as relações de cooperação com o espaço Ibero-Americano. Temo-lo feito no plano bilateral, tanto no domínio económico como no domínio cultural e político. Temo-lo feito, também, no âmbito da Cimeira Ibero-Americana e no âmbito do aprofundamento das relações da União Europeia com todo o espaço Ibero-Americano, tendo-se realizado, como é sabido, no ano passado, no Brasil, a Cimeira União Europeia/América Latina e estando previstas, designadamente durante a presidência portuguesa, inúmeras reuniões quer do Grupo de S. José quer do Grupo do Rio, em Lisboa, e noutras cidades do nosso país.

O aprofundamento das relações de cooperação e a intensificação das relações económicas entre Portugal e os países da América Latina são, como sublinhei, um vector estratégico da política externa portuguesa que a presença em mais uma organização intergovernamental do espaço Ibero-Americano só fortalece.

Por isso, solicito à Assembleia que aprove também, para ratificação, este Tratado.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Laurentino Dias.

**O Sr. Laurentino Dias (PS)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Somos, hoje, aqui chamados a apreciar a proposta de resolução n.º 4/VIII que o Governo nos enviou, cujos propósitos e objectivos são já suficientemente claros para nos restar, enquanto parlamentares, pouco a dizer.

Não obstante, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sempre se dirá que se compreende a adesão e a presença de Portugal em organizações deste teor, organizações essas que significam um propósito de entrelaçar mais a posição de Portugal e dos portugueses no contexto da América Latina. Aquela zona do globo não é só o Brasil, a América Latina diz-nos também alguma coisa e bom será que, por esta e por outras vias, seja possível a Portugal e aos portugueses, às instituições que nas diversas áreas operam e podem voltar-se para o exterior na sua própria actividade, estabelecerem melhores e maiores laços de relação entre as diferentes comunidades e povos e, por que não, também entre os

portugueses da América Latina. Aliás, ainda há pouco tempo «descobrimos» que são muitos os laços de relação que temos, por exemplo, na Venezuela, a propósito de uma situação de dramatismo que aquele país viveu. Portanto, digo que é útil e proveitoso que estas organizações se criem e que Portugal faça parte delas para podermos também retirar, no benefício do contexto da comunidade internacional, alguns proveitos.

Daí o nosso voto de que esta organização, que iremos, certamente, aprovar, por unanimidade, em termos de criação e de estatutos, não se fique pela retórica de mais um acto diplomático e possa, por via do Governo e da Secretaria de Estado que tutela esta área, estimular instituições, associações, federações e a nossa comunidade desportiva a encontrarem um veículo de relação com os povos da América Latina.

Nesta medida e com estes objectivos, e com este voto, fica a disponibilidade do Partido Socialista para, nesta como em outras áreas, neste como em outros objectivos, dar a sua aprovação.

**Vozes do PS — Muito bem!**

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito brevemente e apenas na sequência das palavras do Sr. Deputado Laurentino Dias, quero dizer que também nos associamos a esta iniciativa. Efectivamente, o espaço ibero-americano não é apenas o Brasil, é, por excelência, uma zona de influência e de presença portuguesa, uma zona de destino da nossa emigração, como sabemos, sendo o desporto também um veículo de aprofundamento das nossas relações com esses países e esses povos e de interpenetração cultural com os mesmos.

Como tal, apoiamos o presente diploma e associamo-nos a esta iniciativa, que julgo ser francamente positiva.

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, dado não haver mais inscrições, está encerrado o debate da proposta de resolução n.º 4/VIII e vamos dar início à discussão da proposta de resolução n.º 5/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Paris a 30 de Julho de 1999.

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trata-se de propor à Assembleia um Tratado que, no fundo, reforça tradicionais relações bilaterais de cooperação entre Portugal e a França no domínio da defesa, dando-lhe um enquadramento mais adequado, tendo em vista, designadamente, as responsabilidades a que quer Portugal quer a França têm de responder num momento particularmente importante para a viragem da política europeia, seja no domínio da segurança,

seja no da defesa, seja na relação externa que a vertente da segurança e defesa não deixará de ter junto da política da União Europeia.

Trata-se, por isso, de um Tratado que procura enquadrar as relações no domínio das instituições de defesa segundo as necessidades de resposta mais imediata de Portugal e da França nestas áreas, no quadro de uma aliança estratégica que desenvolvem no contexto da União Europeia.

O Tratado baliza as áreas da cooperação no domínio da defesa, das quais saliento particularmente os seguintes domínios importantes: análises estratégicas sobre a manutenção da estabilidade na Europa, bem como em outras zonas que as partes decidam estudar, de comum acordo, reflexões sobre as possibilidades de empreender acções comuns no quadro das operações de manutenção da paz ou humanitárias, desenvolvimento da cooperação operacional combinada, troca de informação em matéria de defesa aérea entre as forças aéreas dos dois Estados; realização de exercícios comuns.

Por conseguinte, o quadro de concertação e de actuação comum destas áreas, entre outras, estará definido pelo presente Tratado, o qual, simultaneamente, procura concretizar as formas que devem enquadrar as relações de cooperação no domínio da defesa no âmbito da respectiva execução.

Sublinho, pois, a importância deste instrumento e da sua aprovação pela Assembleia da República justamente como forma de consolidar uma relação de cooperação muito estreita que tem existido no domínio da defesa e da segurança conjunta dos dois países, particularmente no quadro da União Europeia.

Reforço, uma vez mais, a importância da aprovação deste Tratado no momento em que a Europa desenvolve em relação a estas áreas perspectivas muito inovadoras e que exigem um grande esforço de concertação a todos os níveis, não apenas ao nível político mas também ao nível das instituições, seja no plano do quadro técnico, seja no domínio dos respectivos estados-maiores das forças armadas, tendo, designadamente, em consideração a experiência muito importante que tanto as forças armadas portuguesas como as francesas têm no continente africano e a necessidade de, nesse domínio, haver uma intervenção mais coordenada das acções de prevenção e de regulação de conflitos em África, por parte da União Europeia — isto, aliás, no quadro de instrumentos que têm sido objecto de aprovação em diferentes áreas da União Europeia, seja ao nível do Conselho «Desenvolvimento», seja no domínio da PESC.

Reforço, por conseguinte, a oportunidade de aprovar-se este Tratado num momento particular da evolução da dinâmica interna da União Europeia e da sua relação externa, designadamente, com o continente africano, pois muito do que este Tratado prevê poderá servir de contexto para uma cooperação mais acertada e bem enquadrada entre Portugal e a França.

**Vozes do PS — Muito bem!**

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique de Freitas.

O Sr Henrique de Freitas (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados: O PSD saúda, nesta Câmara, o Tratado assinado em 1999 entre Portugal e a República Francesa.

Queremos sublinhar que a cooperação bilateral é uma realidade há muito existente, que vem sendo sufragada em vários domínios e não só com os nossos aliados tradicionais — e estou a referir-me concretamente aos países da Europa central e oriental, nomeadamente a Polónia, a Hungria, a República Checa, a Eslovénia, a Eslováquia, e também aos países do Magrebe, como o Sr Secretário de Estado acabou de referir, como Marrocos e Tunísia. Estamos a falar concretamente da França, com quem temos laços tradicionais, e o Partido Social Democrata saúda a República Francesa e o Governo português por terem chegado a este entendimento ao nível do Tratado

No que toca a acordos bilaterais com a França a nível militar, posso referir os acordos de 1977 sobre o arquipélago dos Açores e o impulso dado na década de 1990, em 1992, com a criação de uma comissão que tinha exactamente por objectivo estudar e aprofundar o relacionamento bilateral na área político-militar

De facto, parece-me que, no actual momento em que a Europa vive, depois dos objectivos traçados nos Conselhos Europeus de Colónia e de Helsínquia, este Tratado vem responder claramente a esta nova Europa, que se quer mais activa no domínio das missões humanitárias, nas missões de Petersberg

Para terminar, quero dizer que o Partido Social Democrata vê com agrado o desenvolvimento dos acordos bilaterais de defesa, nomeadamente porque entende que a política de defesa é também um instrumento da política externa portuguesa

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Renato Sampaio

O Sr Renato Sampaio (PS) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados O Governo apresentou à Assembleia da República a proposta de resolução n.º 5/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado entre a República Portuguesa e a República Francesa relativo à cooperação no domínio da defesa, assinado em Paris a 30 de Julho de 1999

Portugal já celebrou tratados e acordos de cooperação no domínio da defesa com vários países que se inserem em diferentes áreas estratégicas regionais, nomeadamente com países da Europa central e de leste, como a Polónia, a Roménia, a Bulgária e a República Checa, e países da região do sul da bacia mediterrânea (Marrocos e Tunísia), tornando-se, por isso, importante o desenvolvimento de acordos bilaterais com países amigos e pertencentes ao mesmo espaço geopolítico, como é o caso da República Francesa

Portugal e França ao longo dos séculos tiveram percursos históricos comuns, muitas vezes os caminhos dos dois povos se cruzaram, pese embora algumas divergências havidas em alguns momentos. No entanto, as marcas do seu relacionamento são por demais evidentes

Hoje, estes dois países fazem parte do mesmo bloco político e económico, a União Europeia, e do mesmo bloco

militar, a NATO, e integram ainda outras organizações internacionais que visam a estabilidade, a paz e a segurança dos povos

Por outro lado, Portugal e França têm mantido nos últimos anos um relacionamento bilateral no âmbito da defesa, através da realização de actividades de cooperação militar, nomeadamente nas áreas operacional, de ensino e instrução, de intercâmbio de visitas e, principalmente, ao nível da negociação de acordos técnicos específicos

É neste quadro que este Tratado assume relevante importância, por enquadrar politicamente este relacionamento bilateral e pelo contributo, ao nível das estruturas de segurança e defesa de que ambos fazem parte, no reforço da afirmação da identidade europeia

A aplicação deste Tratado é, também para Portugal, um passo importante na afirmação e reforço da nossa posição no seio das organizações internacionais a que pertencemos

O tratado de cooperação, hoje em apreciação, fixa, de uma forma genérica, as áreas de cooperação no domínio da defesa a desenvolver e os métodos de as executar, incidindo, nomeadamente, na análise estratégica sobre manutenção da estabilidade europeia, na reflexão sobre a possibilidade de empreender acções comuns no quadro das operações de manutenção da paz ou humanitárias, na reflexão sobre os conceitos de segurança e de defesa, no controlo de armamentos, na gestão, formação, instrução e treino do pessoal militar e civil das forças armadas, no desenvolvimento da cooperação operacional combinada, na troca de informação em matéria de defesa aérea entre as forças aéreas dos dois Estados, na realização de exercícios comuns, na prossecução e aprofundamento de acções conjuntas no domínio das tecnologias e das indústrias de defesa, material e equipamentos de defesa, nas actividades geográficas, cartográficas e hidrográficas e ainda nas manifestações históricas e culturais.

O Tratado define também a forma de o concretizar e implementar, através de reuniões conjuntas aos mais diversos níveis, bem como contactos e consultas entre as delegações e a participação em congressos, colóquios e seminários

No plano do pessoal e dos seus familiares, o Tratado consubstancia as condições da sua estadia e assistência médica, sempre de acordo com o estabelecido na Convenção de Londres entre os Estados que fazem parte do Tratado do Atlântico Norte

Sr Presidente, Srs Deputados Porque estamos perante um Tratado com inequívoca importância, que permite desenvolver relações de confiança entre os Estados, que assegura e corresponde aos interesses nacionais e é potenciador de condições de estabilidade, paz e segurança no continente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente a proposta de resolução n.º 5/VIII e saúda a sua assinatura

*Aplausos do PS*

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral



O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Em termos globais, poderá dizer-se que este acordo bilateral em matéria de defesa corresponde a uma linha adequada de desenvolvimento da política externa de defesa assente em acordos bilaterais Os acordos bilaterais têm, sobre os acordos multilaterais, a vantagem de corresponder a interesses das duas partes, de procurar equilibrá-los e, nessa medida, poder-se-á dizer que é uma linha adequada para aprofundar a política externa de defesa

No entanto, levantam-se algumas questões, que eu gostaria de registar, e vou começar pelas relativas ao articulado, deixando para depois duas questões de fundo

Em relação ao articulado da proposta de resolução, as questões surgem essencialmente pela existência daquilo que designo por «cláusulas abertas», que são pouco compatíveis com a necessidade de se ser claro nesta matéria Estou a referir-me em particular ao n.º 2 do artigo 2.º, onde se diz que «As Partes reservam-se a possibilidade de identificar e aprofundar, de comum acordo, outros domínios de cooperação» — e creio que esta é uma forma excessiva de estabelecer um acordo —, e ao artigo 4.º, segundo o qual «A implementação da cooperação prevista nos artigos 2.º e 3.º poderá ser objecto de acordos específicos» Claro que estes acordos serão de natureza infra-soberana, isto é, são muitas vezes acordos estabelecidos ao nível das próprias chefias militares, o que também implica uma espécie de «cheque em branco» — o que me parece excessivo

Há também algumas cláusulas que prevêm novos acordos, nomeadamente a que se refere à segurança

Um outro exemplo de uma «cláusula aberta» é o artigo 12.º, que se refere à duração do Tratado

Para além destes problemas relacionados com o articulado, quero deixar aqui duas questões de fundo, sendo que uma delas se refere a um aspecto que é central num acordo bilateral de defesa, entendido no quadro actual de relacionamento entre os povos e os Estados, que é o de a matriz fundamental da segurança estar na troca de informação estratégica Ora, o que para mim é surpreendente neste acordo é que, num domínio tão sensível como o da troca de informação, que está estabelecido na alínea g) do artigo 2.º, ele se restrinja à defesa aérea, como, aliás, foi sublinhado pelo Sr Deputado Renato Sampaio Por que é que ele se refere só à defesa aérea e não a outros domínios? Isto é, aquilo que dá a matriz de segurança a um acordo deste tipo é justamente o facto de ele poder abranger um leque, o mais variado possível, de troca de informação estratégica Digamos que, aqui, a segurança assenta precisamente no facto de eu saber o que a outra parte tem e ter não a informação que é absolutamente reservada mas a sua finalidade estratégica, ou seja, aquilo que corresponde ao dispositivo e à forma como ele se organiza

Portanto, creio que este aspecto deixa uma interrogação, que é a de saber por que é se limitou esta área

A segunda questão é, para mim, mais preocupante e, embora pense que tenha havido alguma referência a ela na intervenção do Sr Secretário de Estado, quero aqui registá-la

França é um país com longas tradições de vária ordem, umas boas, outras assim-assim e outras não tanto Uma das tradições que eu diria ser «não tanto» é a de ter pára-quedistas que, de vez em quando, voam para África, fundamentalmente na base de acordos feitos entre a República Francesa e as suas antigas colónias É sabido que essas colónias fazem fronteira com outras antigas colónias e muitas outras coisas que, aqui, não quero dizer, porque não vale a pena! O que digo é que a alínea f) do artigo 2.º, que é o domínio do «desenvolvimento da cooperação operacional combinada», deveria ter um limite — e quase me apetecia dizer que o limite deveria ser o do âmbito da NATO, isto é, o Trópico de Câncer —, porque tenho algum receio que estas combinações não sejam sempre as que melhor podem servir os interesses dos países em questão

As reservas que aqui deixo de forma clara têm o significado de ditar para a Acta algumas questões relevantes que subjazem neste acordo

**Vozes do PCP — Muito bem!**

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Narana Coissoró

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados O Tratado bilateral entre a República Portuguesa e a República Francesa, relativo à cooperação no domínio da defesa e assinado em Paris a 30 de Julho de 1999, merece da nossa bancada o apoio e o voto favorável

Esta cooperação confirma os laços tradicionais de amizade que têm regulado as relações bilaterais de defesa entre os dois países e o relacionamento assume uma maior importância num quadro de reforço da afirmação de identidade europeia, de segurança e de defesa

Por outro lado, o Tratado assinado entre os dois Estados resulta igualmente dos princípios objectivos estipulados no Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington, em 4 de Abril de 1949, e na Convenção entre os Estados-Partes do Tratado do Atlântico Norte sobre o Estatuto das suas forças, assinado em Londres, em 19 de Julho de 1951, o que significa que é a continuação de outras aprovações, a que estamos sujeitos

Entre os objectivos mais relevantes deste Tratado destacamos, pela sua importância, a intenção de promover a cooperação entre as partes nos seguintes domínios: análises estratégicas sobre a manutenção da estabilidade na Europa e as condições do seu reforço, reflexões sobre as possibilidades de empreender acções comuns no quadro das operações de manutenção da paz ou humanitárias e ainda sobre o conceito de segurança e de defesa, controlo de armamentos, gestão, formação, instrução e treino de pessoal militar e civil das forças armadas, troca de informação em matéria de defesa aérea entre as forças aéreas dos dois Estados, e realização de exercícios comuns

A partilha de valores civilizacionais comuns e a busca de uma solução pacífica dos conflitos internacionais justificam a celebração deste tipo de acordos

Por tudo o que acabei de dizer, o nosso partido votará favoravelmente esta proposta de resolução

**Vozes do CDS-PP: — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

**O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação** — Sr. Presidente, vou ser muito rápido, pois vou usar da palavra apenas porque a intervenção do Sr. Deputado João Amaral suscita questões muito pertinentes e que deveriam ser objecto de uma discussão que o quadro regimental que nos orienta não permitirá seguramente. Mas as questões são pertinentes.

Assim, quero, em primeiro lugar, dizer que há no Tratado «cláusulas abertas», precisamente porque há domínios que têm de ser implementados à medida que a consolidação da cooperação se vai desenvolvendo. Como o Sr. Deputado muito bem sabe, a área da defesa é uma das áreas íntimas do Estado ou dos Estados e, por conseguinte, todos os passos que forem dados no domínio do reforço da cooperação nesta área têm de ser bem balizados por uma experiência, por um conhecimento e por uma confiança que, necessariamente, não poderão estar à cabeça nos termos de um tratado que visa enquadrar para o futuro as relações de cooperação neste domínio.

Por isso, as «cláusulas abertas» visam, justamente, um regime de pequenos passos tendentes a reforçar quer a confiança quer a operacionalidade e a combinação dos vários sistemas que permitam executar políticas orientadas para objectivos comuns no domínio da segurança e da defesa.

Em segundo lugar, gostaria de sublinhar que as referências que fiz, designadamente às intervenções no domínio do continente africano, têm por horizonte, necessariamente, uma reflexão que temos de fazer sobre a forma como a União Europeia tem de responder concertadamente e a curto prazo aos problemas da regulação e da prevenção de conflitos em África. Não faz qualquer sentido termos políticas de desenvolvimento que mobilizam recursos de milhões e milhões de euros, ou de dólares ou de escudos para a assistência, nos domínios da educação, da saúde, do social, do investimento económico, sem enquadrar uma forma de cooperação que responda mais rapidamente ao problema da prevenção do conflito e da regulação das situações pós-conflito, porque todos os recursos se perdem e estamos num processo permanente, como o mito de Sísifo, carregando uma pedra que rola pela montanha no dia seguinte, porque um novo conflito reabre as feridas que, entretanto, estávamos a tentar sarar.

Exactamente por isto é que a cooperação no domínio da defesa tem de ser enquadrada pela União Europeia, particularmente em África, também com alguma densidade de cooperação. E o que sublinhei foi que, sendo provavelmente Portugal e França os únicos Estados com uma experiência e um conhecimento muito importantes da realidade africana, designadamente no domínio da defesa, é natural que algumas das fórmulas aqui previstas sejam abertas, como a da troca de informação e a da cooperação operacional sem identificar as áreas. Esta cooperação operacional combinada, por exemplo, pode, eventualmente, ser um instrumento importante para desenvolver acções conjuntas, que, em minha opinião, devem ser feitas mais no

plano multilateral da União Europeia do que propriamente no âmbito bilateral deste mesmo Tratado.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que termine, pois já não dispõe de tempo.

**O Orador** — Termina já, Sr. Presidente!

Mas admito que o desenvolvimento que a muito curto prazo terá de ser implementado pelos Estados-membros da União Europeia e pelas suas instituições, com o objectivo de resolver estes problemas da política europeia e dos seus Estados-membros, dará certamente resposta às pertinentes questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, declaro encerrado o debate da proposta de resolução n.º 5/VIII.

Antes de passarmos à discussão da proposta de resolução n.º 6/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e respectivo protocolo, informo a Câmara de que se encontram a assistir aos nossos trabalhos alunos da Escola Tecnológica e Profissional de Sícó de Avelar e da Escola E B 2,3, de Loulé, para quem peço a vossa saudação amiga, como é habitual.

*Aplausos gerais, de pé*

Srs. Deputados, vamos, então, dar início à discussão da proposta de resolução n.º 6/VIII, que é o último ponto da nossa ordem de trabalhos.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

**O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em relação à proposta de resolução ora em discussão, gostaria apenas de sublinhar que se trata de um Acordo semelhante a muitos outros acordos que têm sido objecto de apreciação por parte da Assembleia da República e que, no fundo, visa facilitar o processo de aproximação dos Estados da Europa central e da Europa mais oriental à União Europeia, tendo Portugal assumido, também estrategicamente, a importância de fortalecer uma dinâmica favorável à mais rápida integração destes Estados na União Europeia.

Por isso, sabendo que a Eslovénia tem um Acordo de Associação, que assinou em 1996, com a União Europeia, que visa desenvolver a preparação, nos domínios político, económico e administrativo, de uma mais rápida integração na União Europeia, e a importância que este Estado tem, no quadro da estabilidade, numa zona tão delicada como é a balcânica, Portugal tem desenvolvido, também em relação à Eslovénia, no quadro bilateral, uma intensa actividade de cooperação de que o presente Acordo é, apenas, um dos exemplos e é, como sublinhei, semelhante a outros acordos-tipo que visam facilitar a circulação de pessoas e mercadorias no espaço da União Europeia a estes novos Estados, que se propõem aderir à União Europeia.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou certo de que não haverá qualquer inconveniente ou objecção à ratificação deste Acordo pela Assembleia da República.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís

**O Sr. Carlos Luís (PS)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Srs. Deputados: O Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a transportes internacionais rodoviários de passageiros e mercadorias e respectivo protocolo, celebrado em Varsóvia, em 19 de Maio de 1999, visa «( . ) contribuir para o desenvolvimento do transporte rodoviário de passageiros e mercadorias entre os dois países, bem como em trânsito através dos respectivos territórios;» e teve em linha de conta «( . ) a necessidade de estabelecer, a nível europeu, uma política orientada para a progressiva liberalização dos serviços de transporte, articulada com a harmonização das condições de concorrência, a protecção do ambiente e a segurança no tráfego rodoviário;»

O Acordo é composto de 20 artigos ao longo dos quais se traça um conjunto de regras e princípios relativos ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias entre os dois países, que as partes contratantes se comprometem a observar

Entre os aspectos mais relevantes constantes do Acordo, permito-me destacar os seguintes: em sede de disposições introdutórias, o Acordo confere às partes contratantes o direito de transportar passageiros e mercadorias por estrada entre os territórios das partes contratantes ou em trânsito através desses territórios e consagra as definições de «transportador», «veículo» e «trânsito» (artigos 1.º e 2.º)

No que respeita ao transporte de passageiros, são definidos os serviços que podem ser efectuados ao abrigo do Acordo (serviços regulares, serviços de lançadeira e serviços ocasionais), o regime de autorização a que tais serviços estão sujeitos, bem como os serviços de transporte isentos do regime de autorização (artigos 3.º, 4.º e 5.º)

No que concerne ao transporte de mercadorias, o Acordo estabelece um regime de autorização e respectivas excepções a que se encontra sujeito o transporte de mercadorias entre os dois países e regras de contingentamento a observar pelas partes contratantes (artigos 6.º e 7.º)

No âmbito das disposições gerais do Acordo é estabelecido o regime fiscal e aduaneiro aplicável aos serviços de transporte, o regime sancionatório aplicável aos transportadores ou ao seu pessoal por incumprimento das disposições constantes do Acordo e as regras de implementação do Acordo, designadamente, a assinatura de um protocolo no qual as partes contratantes definirão as condições de implementação do Acordo e a constituição de uma comissão mista composta por representantes das partes contratantes com o fim de assegurar uma correcta implementação do Acordo

Por último, em sede de disposições finais, o Acordo estabelece as regras da entrada em vigor e o seu período de validade

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Aguiar

**A Sr.ª Manuela Aguiar (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.ª e Srs. Deputados: A minha tarefa está, de algum modo, facilitada pelas intervenções anteriores, mas quero também, em nome do PSD, manifestar o nosso pleno acordo a este Acordo entre a República Portuguesa e a República da Eslovénia relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias e Respectivo Protocolo

Trata-se de um Acordo que, como já foi dito, pretende inserir-se numa progressiva abertura do espaço europeu, na facilitação dos intercâmbios de passageiros ou de mercadorias, e, ao fazê-lo, regular as condições de concorrência entre as Partes Contratantes e assegurar, como foi dito, a segurança rodoviária e a protecção do ambiente

É um Acordo que contém, evidentemente, a definição de transportador autorizado a operar no outro país, os tipos de serviços que pode prestar, as condições de reciprocidade das autorizações a conceder aos agentes de transportes, os regimes de autorização para transporte de mercadorias e contingentamento, que é feito anualmente por comum acordo das Partes Contratantes; autorizações especiais para operações de cabotagem, o regime fiscal e aduaneiro dos veículos temporariamente importados em território da outra Parte Contratante, para efectuar os serviços constantes da autorização; regras referentes ao regime sancionatório e à fiscalização, a constituição de uma comissão mista, que deverá acompanhar a implementação do Acordo, e as normas para a sua entrada em vigor, o que acontecerá com a última notificação de que se encontram cumpridas as formalidades constitucionais exigidas a cada Parte Contratante

Os votos que fazemos aqui é que todo este processo decorra rapidamente, para que o Acordo possa entrar em vigor. Como foi dito, o Acordo é para vigorar por tempo indefinido, mas pode ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes três meses antes do fim de cada ano civil

Uma vez mais, reafirmo, em nome do PSD, o nosso apoio e a nossa aprovação da proposta de resolução n.º 6/VIII

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral)** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes

**O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não era a mim que cabia falar sobre este assunto, mas, de qualquer maneira, como frequentei durante um ano a Comissão de Inquérito ao Trânsito Comunitário, tenho alguma experiência, por ouvir representantes de 16 países — a Suíça também estava representada —, sobre as dificuldades que têm existido com o desaparecimento das fronteiras e com o não estabelecimento de um sistema de controlo em todos estes

contratos que se fazem amigavelmente neste admirável mundo novo, que é o nosso

A verdade é que o pagamento do IVA, que se faz na chegada e que, muitas vezes, não é executado e o desaparecimento de mercadorias — ainda há pouco, em Portugal, desapareceram 70 vagões de tabaco, tendo o Estado português pedido 12 milhões de contos à companhia transportadora —, têm de ser acautelados e se, naturalmente, não forem tomadas as precauções devidas, é evidente que estes acordos são lindíssimos no papel, mostram uma grande harmonia universal entre todos os povos, mas, se não houver controlo, isso pode trazer graves prejuízos para a economia portuguesa

Não sendo eu um optimista por natureza, sei que, no campo do real, há muitos camiões — e é o trânsito rodoviário que está também aqui em causa — que desaparecem e existem postos de controlo que aparecem com nomes falsos e selos de postos de controlo que nunca existiram

Assim, era bom que o Governo português, de facto, se inteirasse um pouco, lendo o relatório, que é longo, sobre o trânsito comunitário, para que, quando faz estes tratados, tome as devidas precauções, para que não seja «depois da casa roubada, trancas à porta»

O Governo português já tem experiência de fraudes importantes, de muitos milhões de contos, que têm sido cometidas em território português, desde o mosto concentrado rectificado, a tabaco e a álcoois, podendo, depois, muitas vezes, certos países ser *pivots* para a distribuição da fraude. Sem querer dar aqui uma nota de «luto» no que diz respeito a este Acordo em concreto, a favor do qual votaremos, solicitamos ao Governo que tome um pouco de cuidado, porque o admirável mundo novo, muitas vezes, não tão admirável quanto pensam

**Voices do CDS-PP.** — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, como não existem mais inscrições, declaro encerrado o debate da proposta de resolução n.º 6/VIII.

O Sr. João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, pedi a palavra por causa da primeira discussão que aqui foi feita, que foi a discussão da proposta de resolução n.º 3/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma, a 24 de Julho de 1995, para solicitar à Mesa o seguinte. a expressão que é usada na Convenção é «Bens Roubados», mas o roubo tem, no direito português, uma designação perfeitamente definida, que é o furto com violência. Assim, não sei se, na tradução que é aqui feita, o uso da palavra «roubo» é o mais adequado.

A questão resolve-se nestes termos ou há uma interpretação aqui feita de que o que se pretende dizer com a palavra «roubo» não tem o sentido jurídico ou, então, os

serviços do Ministério fazem a correcção e, em vez de lhe chamarem «Bens Roubados», chamam-lhe «Bens Furtados»

Quero apenas registar isto para chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr. Deputado, acho muito oportuna esta sua chamada de atenção. Não sugiro que se escreva «Bens Desviados», porque este é um conceito demasiado genérico. Em todo o caso, os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros terão em atenção o aspecto que o Sr. Deputado João Amaral focou

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS) — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Luiz Fagundes Duarte (PS) — Sr. Presidente, era apenas para chamar a atenção do Sr. Secretário de Estado e de toda a Assembleia para um erro que há em todos os documentos que se referem à proposta de resolução n.º 3/VIII. Neles está dito que a Convenção foi assinada no dia 24 de Julho de 1995, mas ela foi assinada em 24 de Junho de 1995. Não sei se isso pode ter alguma influência ou não mas, de qualquer maneira, o lapso é interessante

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, antes de dar por encerrada a sessão, informo que, afinal, sempre vieram assistir aos nossos trabalhos os alunos da Escola E B 2/3 de Évora. Agradecemos a vossa visita, tal como a dos outros que estiveram connosco esta manhã

A próxima sessão plenária realizar-se-á na próxima quarta-feira, dia 19, às 15 horas, dela constando de um período da ordem do dia com um agendamento potestativo requerido pelo PSD, para discussão do projecto de lei n.º 61/VIII — Programa especial de combate às listas de espera (PSD)

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 11 horas e 40 minutos*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
António Fernando Marques Ribeiro Reis  
Francisco José Pinto Camilo  
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
Maria Luísa Silva Vasconcelos  
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

**Partido Social Democrata (PSD)**

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Fernando Santos Pereira  
Henrique José Monteiro Chaves  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
José Manuel Durão Barroso  
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
Pedro Miguel de Santana Lopes  
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
António Filipe Gaião Rodrigues  
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

Partido do Centro Democrático Social — Partido  
Popular (CDS-PP)

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTES NÚMEROS 140\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**